



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11363 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04/GT 12 -Didática, Currículo e Tecnologias Digitais

EXCLUSÃO DOS TERMOS IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM OLHAR SOBRE OS AUTORES E SEUS ARGUMENTOS

Silvane dos Passos Barbosa dos Santos Araújo - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

EXCLUSÃO DOS TERMOS IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM OLHAR SOBRE OS AUTORES E SEUS ARGUMENTOS

INTRODUÇÃO

O objetivo do texto é apresentar parte dos dados coletados e analisados de uma pesquisa concluída, que buscou compreender os motivos pelos quais os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” foram excluídos da BNCC, mais especificamente do Ensino Fundamental. Os dados apresentados fazem parte de um conjunto de documentos protocolados junto ao Ministério da Educação no âmbito da elaboração da segunda versão da Base. Sendo de abordagem qualitativa, as ferramentas de coleta e análise de dados usadas foram, respectivamente, a Análise Documental e a Análise de conteúdo, orientada por Bardin e Franco.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Identidade de gênero. Orientação sexual. Ideologia de gênero. BNCC

MÉTODO

A partir de uma abordagem qualitativa, foi utilizado como técnica de coleta de dados a Análise documental e como técnica de análise dos dados a Análise de Conteúdo, orientada por Bardin (1977) e Franco (2005). Dentre os documentos que compuseram o *corpus* da pesquisa,

extraí aqueles que foram assinados pelas Frentes Parlamentares Evangélicas e encaminhados ao Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo, por isso, codificados como Documentos Políticos (DP). Fazem parte moções e ofícios protocolados durante o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental, doravante BNCC. No quadro, abaixo, apresento a relação e descrição mantendo a codificação e o número de ordem dos documentos.

Quadro 1 – Relação dos documentos e sua descrição

COD	DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
DP3	Moção de repúdio apresentada pela Frente Evangélica de Paranavaí/PR	Ofício dirigido ao Ministro da Educação, Sr. Mendonça Filho, no dia 17/05/2016, solicitando a supressão das expressões “ideologia de gênero”, “Educação de gênero” e “Sexualidade” da Base Nacional Comum Curricular
DP7	Ofício apresentado pela Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional/Em defesa da vida e da família/Mista da família e apoio à vida/Mista católica apostólica romana	Documento encaminhado, no dia 13/09/2017 ao gabinete da Presidência e, no dia 18/09/2017 a Secretária executiva do Ministério da Educação, Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, pelo movimento Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional solicitando a retirada, da BNCC, toda e qualquer menção a ideologia de gênero.
DP8	Ofício apresentado pela Câmara Municipal de Araraquara	Moção de repúdio de autoria do vereador Lucas Grecco, da Câmara Municipal de Araraquara, endereçado ao Presidente do CNE, Eduardo Deschamps, no dia 31/10/2017, para que não constem, na versão final da BNCC, as expressões identidade de gênero e orientação sexual.

DP9	Moção de apelo apresentada pela Câmara Municipal de Mauá (SP)	Moção de repúdio de autoria do vereador Professor Betinho, da Câmara Municipal de Mauá, endereçado a Secretária Executiva do CNE, Sra. Andréia Tauil Osller Malaguitti, no dia 24/10/2017, para que não constem, na versão final da BNCC, as expressões identidade de gênero e orientação sexual em atendimento a vontade do povo brasileiro
DP10	Moção apresentada pela Câmara Municipal de Presidente Prudente	Moção de repúdio de autoria do vereador Ivan Junior, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, endereçada ao CNE, no dia 31/10/2017 em relação a imposição do MEC da ideologia de gênero na BNCC

Observando que os documentos foram produzidos por representantes políticos pertencentes a partidos envolvidos na disputa curricular considere relevante saber quem eram esses sujeitos, o que faziam, quais suas filiações e especialidades. Para tanto, usei como indicador de classificação o sexo, a profissão, a escolaridade, a religião e a filiação partidária conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 2 – Autores dos documentos analisados

COD	AUTOR	SEXO	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	ESCOLARIDADE	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
DP3	Osésa Rodrigues de Oliveira	Masc.	Pastor	Superior Incompleto	Filiado ao DEM elegeu-se a vereador de Paranavaí
	Hidekazu Takaiama	Masc.	Empresário; Professor; Pastor.	Superior Incompleto	PSC-PR Deputado Federal Presidente da Frente Parlamentar Evangélica (2017)

DP7	Givaldo de Sá Gouveia (Givaldo carimbão)	Masc.	Profissional Gráfico; Comerciante.	Primário	AVANTE-AL Deputado Federal Presidente da Frente Parlamentar Mista, Católica Apostólica Romana) (2017)
	Alan Rick Miranda	Masc.	Jornalista e apresentador Rádio e televisão Norte Ltda; Administrador	Graduação: Gestor Público (FGV) Pós-graduação: Jornalismo Político (UNINORTE)	DEM-AC Deputado Federal Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família
	Magno Malta	Masc.	Pastor Evangélico	Superior completo em Teologia	PR-ES Senador Presidente da Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio a Vida
DP8	Lucas Mateus Grecco	Masc.	Empresário	Ensino Médio completo	PSB – SP Vereador

DP9	Roberto Rivelino Ferraz	Masc.	Professor	Graduação: Educação Física e Pedagogia	PSDC (Partido Social Democrata Cristão) Vereador
DP10	Ivan Junior Lima Barboza	Masc.	Administrador de empresas; Pregador; Evangelizador Palestrante ligado a Renovação Carismática Católica (RCC)	Graduação: Ciências contábeis	PTB-SP

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os dados analisados foram reunidos em duas categorias, a saber, “Religião e Política envolvidas no processo de exclusão” por evidenciarem a presença de representantes religiosos que assinaram vários dos documentos, distribuídos em várias Frentes, não só, evangélicas, mas também, católicas e mistas e “Pânico moral como retórica argumentativa” que apontam o uso do sintagma “ideologia de gênero” nos textos como forma de despertar o medo na sociedade a partir do estabelecimento de informações distorcidas e nocivas.

Oro (2005) afirma que as principais expressões que compõem a diversidade do campo religioso brasileiro são a católica, a evangélica e a mediúnica (afro-religiosa). No entanto, apesar de opositores entre si, os políticos evangélicos e católicos uniram-se em torno de pautas comuns dando origem, assim, as denominadas Frente Parlamentares Mistas.

A Igreja Católica Apostólica Romana já se faz presente na vida política do Brasil desde os tempos coloniais, através do Padroado Régio. Adentra a década de 1960 fortalecida e atuante, principalmente nos movimentos sociais, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952. Em relação a Ditadura Militar permaneceu ao lado dos militares, mas mudou de posição em 1968 passando a condenar as práticas de torturas, posicionando-se em defesa dos direitos humanos. Dessa forma, na abertura política, na década de 80, a presença da Igreja intervindo na vida política do país, como ator sociopolítico, já era um fato.

Apesar de os padres não se candidatarem a cargos políticos como fazem os pastores evangélicos, a Igreja consegue influenciar as decisões políticas diretamente na medida em que apoia aqueles que a buscam. Vital (2012) explica que esse modelo de influência entra em crise com a formação das Frentes Parlamentares Católicas organizadas por alguns políticos

católicos, preocupados com o crescimento evangélico.

No tocante a religião evangélica, esta se faz presente no cenário político brasileiro desde 1934, na pessoa do pastor metodista Guaracy Silveira, reeleito para o Congresso, novamente, em 1945. Diferentemente da religião católica, os evangélicos, mantiveram-se ao lado do Estado durante os “anos de chumbo”. Todavia, suspeitando de que o catolicismo fosse considerado a religião oficial do Brasil com a promulgação da constituição de 1988, iniciaram uma mobilização visando as eleições de 1986 na qual elegeram 32 deputados, fundando, assim, a Frente Parlamentar Evangélica, popularmente conhecida como Bancada Evangélica. (NOVAES, 2001)

Percebe-se, assim, que não é desse século a presença das religiões na esfera de decisões políticas do país. O ineditismo mora no grau de influência desenvolvida pelos evangélicos no Congresso Nacional capaz de mudar decisões aparentemente já definidas, como foi o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) que passou anos tramitando devido a “técnica do emperramento” usada pelas Frentes, que consiste em emperrar processos através das suas comissões. (VITAL, 2012) Sendo assim, a união das religiões a partir de Frentes parlamentares mistas demonstra o interesse num objetivo comum: emperrar os processos referente aos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+. Por isso o Plano Nacional de Educação (PNE) só foi aprovado após a retirada dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” do texto e isso levou 4 anos.

Este argumento foi usado no texto do presidente da Frente Evangélica de Paranavaí, vereador Osesa (DEM),

Posterior à aprovação do PNE, contrariando o texto aprovado no Congresso Nacional, as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, receberam do MEC, minuta para os Planos Estaduais e Municipais de Educação com o conteúdo sobre Educação de Gênero, Ideologia de Gênero e Sexualidade para aprovação. Em sua maioria absoluta, os Estados e Municípios rejeitaram nos Planos Estaduais e Municipais de Educação que Educação de Gênero, Ideologia de Gênero e Sexualidade fossem inseridos na Educação, seguindo a decisão do Congresso Nacional. (DP3)

Usado, também, pelo movimento Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, através de documento assinado pelos deputados federais Takaiama, presidente da Frente Parlamentar Evangélica; Givaldo Carimbão, presidente da Frente Parlamentar mista Católica Apostólica Romana; Allan Rick, presidente da Frente Parlamentar em defesa da Vida e da Família e pelo Senador Magno Malta, presidente da Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida.

[...] vimos solicitar a defesa dos interesses das famílias e das crianças

brasileiras na promoção da educação básica livre de IDEOLOGIA DE GÊNERO. A sociedade já vem se manifestando reiteradamente contrária a este tipo de conteúdo no escopo do currículo escolar, o que ficou comprovado no processo de tramitação, no Congresso Nacional, da Lei que implementou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o vigente decênio (Lei nº 13.005/2014)” (DP7)

No ofício apresentado pela Câmara Municipal de Araraquara,

Considerando que em 2014 o Congresso Nacional, ouvindo a maioria da população brasileira, rejeitou a inclusão da Ideologia de Gênero no Plano Nacional de Educação, mas os defensores da referida ideologia não desistiram, e contrariando a vontade popular, resolveram tentar implantar a referida ideologia nos Planos Municipais e Estaduais de educação. Naquela oportunidade mais de 6.000 Municípios, rejeitaram a ideologia de gênero em seus Planos (DP8)

Na moção de apelo apresentada pela Câmara Municipal de Mauá,

Apesar da expressiva derrota que a chamada “ideologia de gênero” sofreu no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e câmaras municipais de todo o país no ano de 2014, há contínua promoção para a inserção do controverso conceito de gênero na educação básica. (DP9)

A categoria “Pânico moral como retórica argumentativa” refere-se ao amplo uso, nos textos, do sintagma “ideologia de gênero” como forma de justificar a exclusão dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da BNCC. Junqueira (2017), observa que tal sintagma longe de ser uma categoria científica foi cunhado pela Igreja como forma de deslegitimar as pautas feministas e LGBTQIA+ apresentadas durante a Conferência de Pequim, no ano de 1995 do século passado. Todavia foi largamente usado pelo segmento evangélico associado a imagens escatológicas nas quais as crianças estariam ameaçadas por uma ideologia nascida como forma de implantação de uma ditadura LGBT. Daí que o termo passou a figurar em vários documentos como forma de popularizá-lo, numa espécie de ativismo religioso reacionário, produtor de *gramática moral* que transformou gays, lésbicas, feminismo, trans em inimigos a serem combatidos. (MISKOLCI, 2018b). Como no caso dos textos produzidos pela Frente Evangélica de Paranavaí/PR,

sejam suprimidas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC [...] as expressões: Ideologia de Gênero, Educação de Gênero e Sexualidade. Requer ainda que, onde o texto da Base Nacional Comum Curricular contiver as expressões identidade e diversidade, sejam definidas com mais clareza a intenção do conteúdo, evitando interpretações ambíguas. (DP3)

Pela Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional

[...] compete a esta Administração que se alinha aos interesses das famílias brasileiras, intervir nesse processo para livrar nossas crianças de serem submetidas a uma ideologia destinada a desconstruir as suas identidades [...] (DP7)

Pela Câmara Municipal de Araraquara,

A ideologia será imposta de forma autoritária, como única moral permitida. [...] se essa ideologia for introduzida em nosso sistema educacional, estará comprometendo a instituição da família, edifício social e legal construído há séculos. (DP8)

Pela Câmara Municipal de Mauá,

[...]acreditamos que não cabe à escola inserir os alunos em discussões de temas que a família já manifestou sua contrariedade, tais como a chamada “ideologia de gênero” e ‘orientação sexual’, temas que, repita-se, volta à tona na Base Nacional Comum Curricular. [...]” (DP9)

E, pela Câmara Municipal de Presidente Prudente,

[...]promovem a ideologia de gênero impondo de forma autoritária a todos, independentemente da opinião dos pais sobre suas convicções pessoais em relação a educação dos filhos. (DP10)

Percebe-se a ativação do pânico moral ao associar o sintagma a uma ameaça concreta que tem como objetivo a destruição das famílias e “desconstrução das crianças”. Junqueira (2016) observa que tal discurso não foi endereçado a comunidade científica do país, mas as

peçoas que não tem conhecimento sobre os conceitos científicos de gênero e sexualidade, portanto, o anticonhecimento foi o “tempero” que possibilitou a crença numa narrativa infundada a partir de um sintagma esvaziado cientificamente. Nesse sentido, Almeida (2017), afirma que as redes sociais tiveram papel importante na disseminação do espectro da ideologia de gênero, na medida em que potencializaram afetos como ódio, medo, vingança, fobia nos debates envolvendo diversidade e discriminação de gênero.

CONCLUSÕES

A presença da sexualidade no currículo sempre foi um tema silenciado na educação brasileira, só sendo permitido a sua discussão quando relacionada a heteronorma. Foi assim em 1920 quando a escola foi vista como auxiliar no processo de higienização iniciado pela psiquiatria que se encarregou de tratar, clinicamente, os indivíduos que apresentavam “desvios sexuais” enquanto a escola foi encarregada de disciplinar os corpos “desviantes” da norma estabelecida (TREVISAN, 2004). Antes a igreja católica havia assumido este papel.

Data de 1970 a primeira tentativa de inserir o tema da educação sexual no currículo escolar, através de um projeto de lei da deputada Júlia Steinbuch para o ensino de 1º e 2º graus. Recebeu parecer contrário da Comissão Nacional de Moral e Civismo instituído em 1968 com o acirramento da ditadura no país.

Dessa forma o tema só retornará a esfera dos debates em 1998 com a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que tinham como inovadores a presença dos Temas Transversais, um conjunto de temas que poderiam ser trabalhados de forma transversalizada com os conteúdos. Um deles tratava da orientação sexual, mas pela ótica da heteronormatividade, deixando de fora a homossexualidade.

Em 2010 o Plano Nacional de Educação (PNE) foi entregue pelo Ministro da Educação para a votação no Congresso. Por conta da presença dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual”, o documento levou quatro anos para ser aprovado.

Em 2015, os termos foram inseridos na primeira versão da Base Nacional Comum Curricular desencadeando, a partir daí, manifestações de ódio em quase todas as partes do Brasil que culminou com a promulgação da versão final, em 2017, sem a presença dos termos.

Hoje, assim como ontem, a introdução do tema no currículo encontra as mesmas barreiras, os mesmos argumentos e o mais grave de todos, continuam debatendo a questão os mesmos perfis de políticos que, sem nenhuma formação na área, se arvoram ao direito de decidir pela exclusão de temas sobre os quais não têm nenhum conhecimento a não ser a *doxa* e isso constitui-se num malefício traduzido no aumento da intolerância, da homofobia, do lesbocídio e da violência contra a mulher cis hétero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu** (50), 2017.

BARDIN, Laurence. 1979. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de Conteúdo. Brasília, 2ª edição: Liber livros editora. 2005

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero: uma categoria de mobilização política” In: **Gênero e Diversidade: debatendo identidades/** [organizadora] Márcia Alves da Silva – São Paulo: Perse, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça a família natural?’” In: **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade/** [organizadoras] Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães – Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu** (53), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp, 2018b.

NOVAES, Regina Reyes. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, São Paulo, nº 49, p. 60-81, março/maio 2001

ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. **Cahiers des Amériques Latines**. 2005/1-2, p. 204-222

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade**. Ed. revisada e ampliada – 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VITAL, Christina. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

